

A DESCONEXÃO ENTRE AS REGIÕES CATARINENSES

Karolyne Verginia Bagio¹
Mario Sérgio Bortolatto²
Alisson Joaquim³

Resumo: A desconexão das mesorregiões é a consequência do processo de desenrolar da colonização realizada em Santa Catarina. A região litorânea mais densamente povoada é fruto da existência de meios de locomoção como estradas, ferrovias e rota de passagem de tropeiros. Influenciada pela valorização do carvão, a região sul catarinense vive um período de crescimento econômico e populacional nunca antes visto, promovendo a fixação de grande quantidade de colonizadores. A estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Regional aliada a do Sistema ACAFE podem contribuir no papel de integradores entre as várias realidades catarinenses, fazendo assim com que possamos descobrir desbravar as várias realidades econômicas e sociais, contribuindo para o fortalecimento do estado como um todo. A estratégia de integração deve dar um passo adiante, a troca de experiências, deve ir além dos muros das universidades e centros universitários participantes do programa, deve-se tornar ativos, com estratégias para fazer com que os alunos nas mais diversas áreas do conhecimento possam ser agentes multiplicadores das ações que resolvem problemas que são comuns a diversas comunidades catarinenses.

Palavras-chave: Economia. Desconexão. Secretaria de Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

O programa desenvolvido pelo governo do estado, juntamente com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, centro universitários e universidades do sistema ACAFE chamado PROESDE, demonstra possibilidades para contribuir para a integração entre as regiões catarinense. O arranjo físico das Secretarias de Desenvolvimento como também da localização dos centros universitários e universidades integrantes do sistema ACAFE, possibilita o deslocamento dos participantes para todas as regiões catarinenses.

Em especial ao longo do estudo, foram destacados o potencial da região sul, especialmente a região carbonífera nos setores de extração de carvão, cerâmico, têxtil, plástico e metal mecânico. Parte deste ponto, a observação que as regiões

¹ Estudante da 6ª fase do curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: karol.bagio@hotmail.com.

² Professor do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: mariobortolatto@hotmail.com.

³ Professor do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: alissonjoaquim@hotmail.com.

catarinenses se especializaram em determinados setores da economia e muito pouco conectadas entre si. A reflexão tem como eixo de análise a formação econômica do estado catarinense, sua dinâmica e os reflexos na atual divisão de trabalho existente na economia catarinense.

O fio condutor desta proposta vem ao encontro da integração das regiões catarinense amplamente discutida no poder público estadual. Buscaram-se assim informações sobre ocupação e formação da economia catarinense, elaborando propostas para o fortalecimento e integração catarinense através da inserção das realidades encontradas no estado e um breve retrato da mesorregião sul.

Considerando a disposição geográfica da Secretaria de Desenvolvimento Regional, promotora juntamente com os centros universitários e universidades, sugere-se como já colocado um passo adiante no programa de governo, em prol do fortalecimento da economia catarinense. Sendo que este estudo vem de encontro a política pública de fortalecimento da economia catarinense o estudo é composto pelas seguintes partes. Além dessa introdução, no primeiro tópico, analisa-se o processo de ocupação do território catarinense onde se faz uma breve reconstituição do processo de colonização do território catarinense, apresentando a divisão do estado em mesorregiões. Na segunda seção, é apresentada a dinâmica da colonização da mesorregião sul que é o ponto de partida para o estudo, analisar como se deu a nossa colonização para assim compreender a colonização do estado como um todo. Na terceira seção, é elaborada a sugestão de uma interação entre as regiões e na quarta seção as considerações finais.

2 OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE

Cada sociedade organiza o espaço a sua maneira, atrelado a experiências pessoais ou ao meio que está inserido, ou seja, como diz Andrade (1987, p.14) conforme “[...] os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnica e de capital”.

Pode-se observar que, inicialmente, o litoral catarinense fora povoado já que compunha o⁴ Tratado de Tordesilhas. As fronteiras catarinenses que hoje compõem

⁴ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 4 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. O acordo tinha como objetivo resolver os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV.

o território catarinense foram conquistadas nos anos seguintes, conforme (Pereira):

Ao se iniciar a fase do Brasil Independente, os numerosos vales fluviais e as imensas áreas florestais situadas na porção ocidental do planalto permaneciam praticamente virgens. Com o estabelecimento de agricultores alemães em pequenas propriedades, abre-se, por assim dizer, um novo ciclo povoador com uma sucessão de várias correntes de imigrantes europeus, que incrementaram, inicialmente, a colonização dos vales atlânticos e das áreas florestais mais orientais, modificando as características naturais e promovendo o desenvolvimento econômico de várias regiões catarinenses (PEREIRA, 2003 p. 107).

O Estado de Santa Catarina comporá durante o período colonial um pedaço de chão que ficava entre os produtores de gado do Estuário da Prata e São Paulo (LAURO MATTEI, 2014). Consultar ABNT Ainda segundo Mattei o estado catarinense só veio a ter importância por ocasião da proteção do território, ou seja, proteger para que não se perca o direito.

Segundo Correa (1999, p. 27), a posse da terra em Santa Catarina se processou da mesma forma que no restante do país, por meio da concessão de sesmarias, que possuíam tamanhos variados, diferenciando-se também o critério de concessão. Segundo Cabral (1987, p. 204), dava-se preferência “[...] aos que além das condições de nobreza ou fidalguia, dessem provas de uma situação financeira próspera, assegurando... o desenvolvimento futuro da propriedade”.

A ocupação do território catarinense em toda a sua extensão foi fortemente dificultada como relata Correa (1999, p.28) “[...] em função da inexistência de estradas de rodagem, [...] grandes distancias que separavam as comunidades e a falta de comunicação deixava as populações em completo isolamento, [...] além da existência que era a serra geral”.

Como citado por Peluso Jr, (1991, p. 256) “[...] a guerra de fixação da fronteira meridional da colônia [...] fazia Portugal povoar os campos de Lages”. Pode-se constatar, com base nos autores pesquisados, que a ocupação do território do que hoje se conhece como catarinense vem mais de uma prática protecionista do que de uma prática desenvolvimentista, pois busca assegurar a propriedade de determinado território sem dar condições para o seu desenvolvimento.

Contudo, desde que fora iniciada a ocupação até a segunda metade do Século XIX, a economia de Santa Catarina permaneceu marginalizada da economia de exportação colonial, por apresentar características divergentes do setor agroexportador, tanto no que diz respeito aos objetivos da exploração, como ao tamanho das propriedades e organização da produção (CORREA, 1999).

O distanciamento entre as regiões e a falta de interligação determinou que cada uma se tornasse autossuficiente, especializando sua produção para o consumo local. Configura nesta época o que ainda hoje se pode constatar em grande parte do território catarinense, propriedades de pequeno porte, especialmente na região litorânea. Para Tavares; Pôrto Júnior (1985),

os cenários econômicos do estado de Santa Catarina por regiões, cada qual com sua característica econômica mais latente. Do ponto de vista dos autores existe dentro do estado catarinense uma economia diversificada, entretanto polarizada em regiões onde cada membro se especializou em determinado ramo de atividade e praticamente não está conectado com o restante do território catarinense.

Influenciado pelo desenvolvimento do Sudeste do Brasil nas fazendas de café ocorre como relembra Seyferth (1974, p.31), “a necessidade de ampliar a produção de alimentos para suprir os centros urbanos leva os fazendeiros a pressionar o governo imperial para conceder terras a imigrantes”.

Segundo Camara (1948, p. 25), “a compra de terras foi facilitada por meio da Lei das Terras, onde o comprador pagando-o à medida que a terra lhe fosse conferindo rendimentos”.

Segundo Goularti Filho (2002), descreve que houve no estado catarinense durante 1945 e 1962 o fortalecimento e o surgimento de grandes setores, entretanto sofria com a falta de infraestrutura reforçando a desintegração entre as regiões, reforçando a especialização de cada região em determinado setor, porém sem a articulação comercial ou produtiva com as demais regiões do estado. Ainda segundo Goularti Filho (2002), as regiões catarinenses se dedicaram no primeiro momento a atividades extrativas, no Oeste com a madeira e ao sul com destaque para o carvão.

Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal ajustando-se às políticas do Consenso de Washington, o Estado-nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguraram uma nova etapa: o regresso liberal. Agora o Estado começa a atuar como mero figurante no processo de ordenamento econômico. Há uma mudança na ontologia das relações e na ossatura material do Estado. O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infraestrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual (GOULART FILHO, 2002, p. 991).

Na década de 90, com o estado evoluindo para o neoliberalismo, se

apequenando frente as suas responsabilidades como motor da economia os setores pulsantes da economia catarinense começam a ser desmontadas.

Segundo Há-Joon Chang (1992), a estratégia de desenvolvimento praticada por grande parte dos potenciais mundiais fora o fortalecimento de sua indústria local, praticando amplamente o protecionismo.

É dentro desse movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós 1990, como a redução das atividades estatais, a reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial (GOULART FILHO, 2002, p. 993).

Para delimitação aponta-se nosso trabalho na divisão realizada por Mattei, (2014), que compõe a economia catarinense a partir de seis principais mesorregiões: Grande Florianópolis; Planalto Serrano; Litoral Norte; Vale do Itajaí; Sul Catarinense; Oeste Catarinense.

2.1 MESORREGIÃO SUL

Como todo o território brasileiro a faixa litorânea era mais densamente ocupada, principalmente para proteger a costa Piazza e Hubener (1989, p. 35) “...medidas tendentes a resguarda seus direitos no campo político-diplomático, dentro do princípio do útil possidetis”.

A iniciativa da descrição da formação econômica da mesorregião sul vem ao encontro da demonstração de que atividades aqui desenvolvidas por características regionais poderiam ser introduzidas em outras regiões catarinenses. Entretanto, deve-se conhecer quais as características e assim traçar as possibilidades para levar e trazer atividades do setor comercial, produtivo, prestação de serviço, criando assim um *link* entre estas regiões.

No estudo realizado por Goulart Filho (2002), pode-se constatar a formação da história econômica do estado de Santa Catarina que cada região tem sua especificidade. Recursos naturais existentes, logística, comunicação, alocação dos imigrantes, dentre outros fatores que contribuíram para que cada região catarinense despontasse, se caracterizar com atividades muitas vezes não encontradas em outras partes do estado.

Para entender como ocorreu a colonização no sul catarinense é importante remeter-se a constituição da colônia de Azambuja.

O eixo colonial primitivo que, em 1877, havia abrigado, em Azambuja, as primeiras levas de sonhadores imigrantes italianos que, penetrando e subindo o rio Pedras Grandes, derramaram, na então mata virgem, um novo ritmo de vida, de mistura com roupagens de berrante colorido e falas de uma algaravia inédita, aquele eixo simbólico, teria contado o seu tempo de pujança. Urussanga, instalada depois, guardava em seu solo, sem saber, essa riqueza que, ao tempo, nem os colonizadores pioneiros tinham conhecido: o carvão (ZUMBLICK, 1967, p. 120).

Pode ser identificado no estudo que a disponibilidade de fontes de água potável é outro fator determinante facilitador para o povoamento da mesorregião sul, haja vista a grande quantidade de fontes de água dos rios da região, identificado atualmente até onde grande parte dos municípios é circundada por rios.

Os agricultores não queriam se afastar das proximidades do mar e rios navegáveis, onde desenvolviam pequenas e rudimentares culturas, mas conhecida por “roça”, conforme consta no relatório do Presidente da Província de 1860: “E manifesta nesta província a tendência à pequena cultura e propriedade, em prejuízo do interesse geral, especialmente nos terrenos mais próximos do mar e rios navegáveis [...]. A agricultura nesta província constitui apenas na pequena cultura, e o seu trabalho versa principalmente no tamanho de algumas braças de terra para a cana, a mandioca, milho e feijão (PIAZZA, 2001, p. 164).

Outro fator promotor da fixação de pessoas no litoral sul foi a valorização do carvão mineral, fazendo com que grande quantidade de famílias se estabelecessem para trabalhar nesta atividade extrativa (GOULART FILHO, 2002).

A extração de carvão mineral, sendo a responsável pela ocupação de grande parte da mão-de-obra dos colonizadores de Criciúma e localidades vizinhas, tanto da relacionada com o trabalho de extração desse produto como da do transporte” [...] devido a sua importância no contexto da economia nacional, pela dificuldade de importação do produto durante a hecatombe mundial, o sul do Estado de Santa Catarina, passou a denominar-se “região carbonífera.

Ali foram implantadas dezenas de empresas de extração de carvão de pedra, dentre as quais a Companhia Carbonífera Italo Brasileira Ltda., fundada em 28 de agosto de 1921, pertencente a família de Antônio De Lucca, uma das colonizadoras de Criciúma (PIAZZA, 2001, p. 164).

A colonização mais densa da faixa litorânea catarinense foi muito influenciada pela existência dos meios de locomoção como estradas, ferrovias, rota de passagem de tropeiros e a proximidade com a capital. A Serra Geral era e ainda é um obstáculo a ser superado.

2.2 SUGESTÃO DA UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO SISTEMA ACAFE E DAS SDR'S

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais – Sistema ACAFE, criada em 1974, é uma instituição civil sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é integrar todas as fundações de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Além disso, o Sistema ACAFE visa desenvolver um intercâmbio científico, técnico e administrativo entre os centros universitários e universidades que fazem parte da associação com o princípio de buscar soluções para problemas em comum, que possam aparecer nas instituições no que diz respeito à administração, ensino, pesquisa e extensão.

Figura Nº 1: Mapa de localização das instituições filiais ao Sistema ACAFE



Pode-se visualizar na Figura 1 que as instituições estão distribuídas em todas as regiões catarinenses, ponto inicial da sugestão de deslocamento inicialmente de acadêmicos e professores para outras regiões a fim de conhecer a realidade econômica e social, podendo assim formular propostas para estas regiões e também

trazer soluções para problemas econômicos ou sociais vividos na sua região. Descobrir outras realidades, saindo dos muros da academia e descobrir o potencial econômico existente naquela região, seus problemas, pontos fortes, pontos fracos, etc.

Pode-se, além da utilização das unidades das instituições afiliadas ao Sistema ACAFE, utilizar das Secretarias de Desenvolvimento Regional que estão distribuídas em todas as regiões catarinenses, como se pode visualizar na Figura Nº 2.

Outro fator importante que devemos aqui salientar as várias realidades de clima do estado catarinense, onde podemos encontrar os mais diversos ambientes, o litoral mais densamente povoado tem problemas específicos, a serra catarinense com potencial que ainda não é explorado como em outras regiões de serra no Brasil, paisagens do planalto entre tantas outras especificidades do território catarinense. Fazer com que pessoas dos mais diversos saberes possam viver esta realidade com seus problemas e soluções poderá instigar em resolver problemas comuns a estas regiões.

Figura Nº 2: Mapa de localização das Secretarias de Desenvolvimento Regional



Fonte: Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A distribuição das Secretarias de Desenvolvimento Regional no território catarinense é mais um ponto positivo para que a integração seja realizada. Aliado ao Sistema ACAFE, poder-se-ia formular ações de integração entre todas as regiões com os acadêmicos participantes do programa.

A criação de atividades devem ir além de seminários ou encontros entre os

núcleos estabelecidos por Secretarias de Desenvolvimento Regional, deve fazer com que o aluno dos mais diversos campos do conhecimento possam identificar a realidade que o cerca, entretanto não percebida ou até mesmo ignorada pela maioria das pessoas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconexão entre as economias das mesorregiões catarinenses é fruto de todo o histórico de expansão da fronteira do estado catarinense a partir do litoral, inicialmente povoada pelos imigrantes. A concentração de renda proveniente do comércio e posteriormente a extração do carvão mineral fizeram a região prosperar com maior velocidade no campo econômico.

Possui-se no estado catarinense um cenário impar que é a distribuição em todo o território do Sistema ACAFE e as Secretarias de Desenvolvimento Regional que poderiam ser os veículos propulsores desta integração sugerida neste estudo. Criar formas onde o aluno participante do programa do governo do estado possa contribuir para a melhoria de vida de sua cidade, bairro ou até mesmo de sua rua. A troca de experiência, de iniciativas, ações deve ser o centro de uma discussão que terá na interligação entre as regiões contribuições para o espaço físico de convívio familiar.

A falta de interligação entre regiões faz com que iniciativas seja ela do poder público, iniciativa privada ou até mesmo da comunidade tenha um impacto local, implicando na resolução de problemas pontuais em determinadas cidades ou comunidades catarinenses. Ações que dão certo devem ser difundidas, servir de exemplo para outras que possuem os mesmos problemas, entretanto somente a troca, o convívio com esta realidade poderá fazer com que os participantes do programa possam ser agentes multiplicadores destas ações, destas intervenções que promovem o bem comum.

Portanto, fica aqui nossa sugestão de fazer com que o programa desenvolvido pelo governo do estado, Secretarias de Desenvolvimento Regional, Universidades e Centros Universitários dê um passo adiante, que faça os participantes trabalharem juntos em prol de um estado integrado e fortalecido, seja economicamente e culturalmente, somente assim poderemos vislumbrar a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos catarinenses.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 17ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v10, n.2, p. 211-53, abr. jun., 1948

CORRÊA, Walquiria Kruger. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/21117/20126>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. **A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina – 1950 a 1975**. Rio Claro: 1981. 128p. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNESP.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

Há-Joon Chang. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Fundação Editora na Unesp. 1992.

MATTEI, L. **Economia Catarinense**: Crescimento com desigualdades regionais. http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf – Acesso em: 15/09/2014

Ministério do Turismo. Turismo de negócios e eventos: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

PELUSO JR., Victor A. A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: n. 1, 2º Semestre, 1979.

PEREIRA, R. F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, 2003. p. 99-129.

PIAZZA, W.F. e HUBENER, L.M. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

_____. (Org.). **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001.

_____. **A Colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. Página 202

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: PAPIRUS, 1997. 199 p.

SALVAN, Roque. **A Imigração, a colonização e as terras de Sesmarias Medeiros**. Disponível em: <<http://riovargedo.blogspot.com.br/2010/09/comunidade-de-rio-vargedo-municipio-de.html>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã do Vale do Itajaí Mirim**. Um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

Walter Zumblick – Teresa Cristina – **A ferrovia do Carvão**. Curitiba: Imprimax Ltda. 1967.

<http://www.tudoemfoco.com.br/sistema-acafe-universidades-vestibular-sistema-acafe.html#sthash.DqPISOq8.dpuf>. Acesso em 03/11/2014.

(Brasil): gênese e transformações recentes. Geosul, v.18, n.35, 2003 – Acesso em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13604/12471>>. Acesso em: 03 nov. 2014.